

Edital 01/2015

Recuperação de Áreas de
Preservação Permanente para
Produção de Água

O QUE SE PRETENDE COM O EDITAL?

Promover **A SELEÇÃO DE PROJETOS** voltados à recuperação de **Áreas de Preservação Permanente** (nascentes e áreas marginais aos cursos d'água), conforme critérios estabelecidos pela Lei 12.651/2012, **com o propósito de ampliar a oferta de água em regiões metropolitanas com alta criticidade hídrica.**

Resultados Esperados

Número de CAR: 22.500

Área de Preservação
Permanente: 10.000 ha



COMO?

Meta 1
Mobilização
para seleção
dos
beneficiários

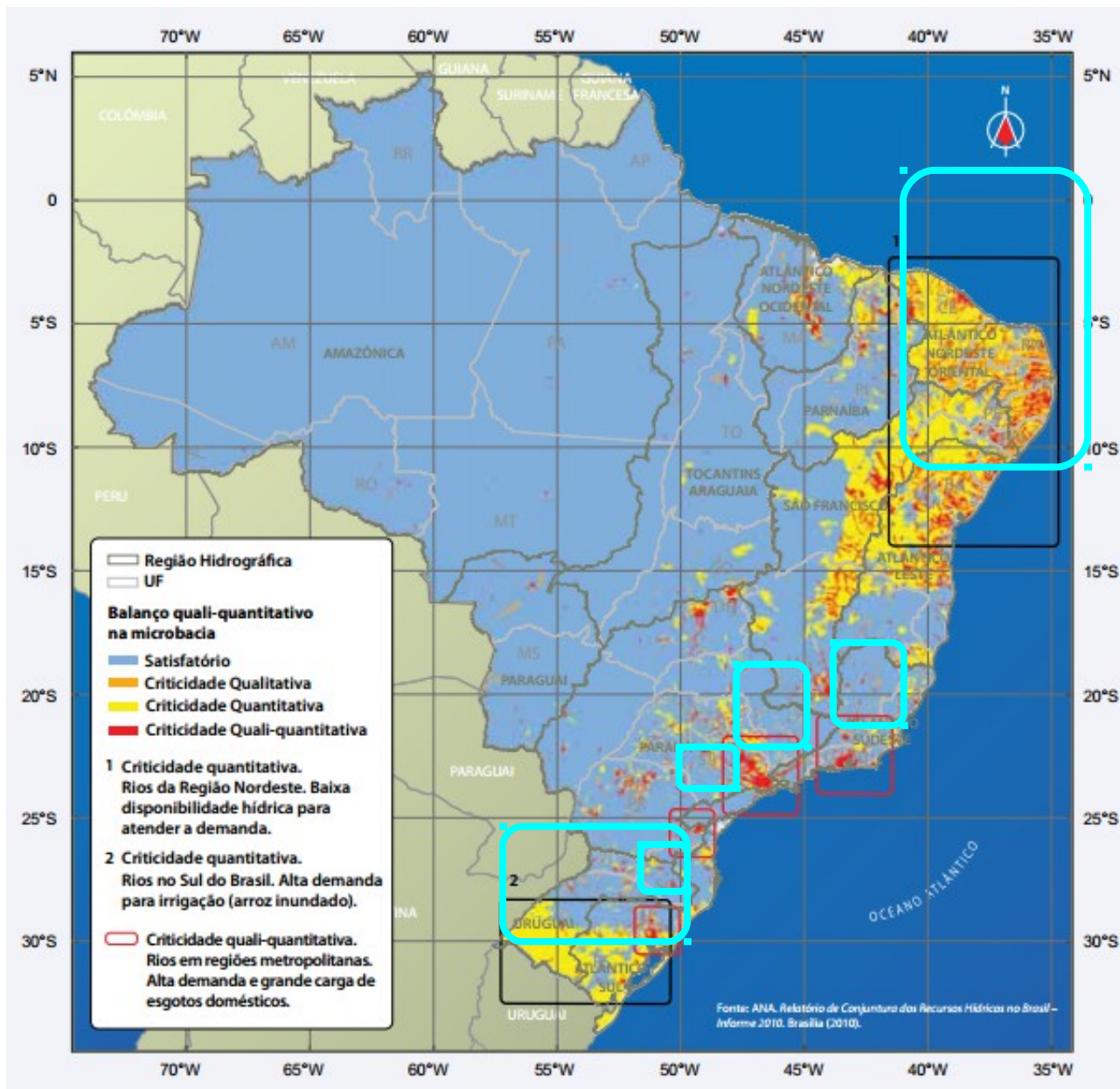
Meta 2
Elaboração e
implementação
de projetos de
recuperação de
APP

Meta 3
Elaboração de
plano regional
para
pagamento
por serviços
ambientais

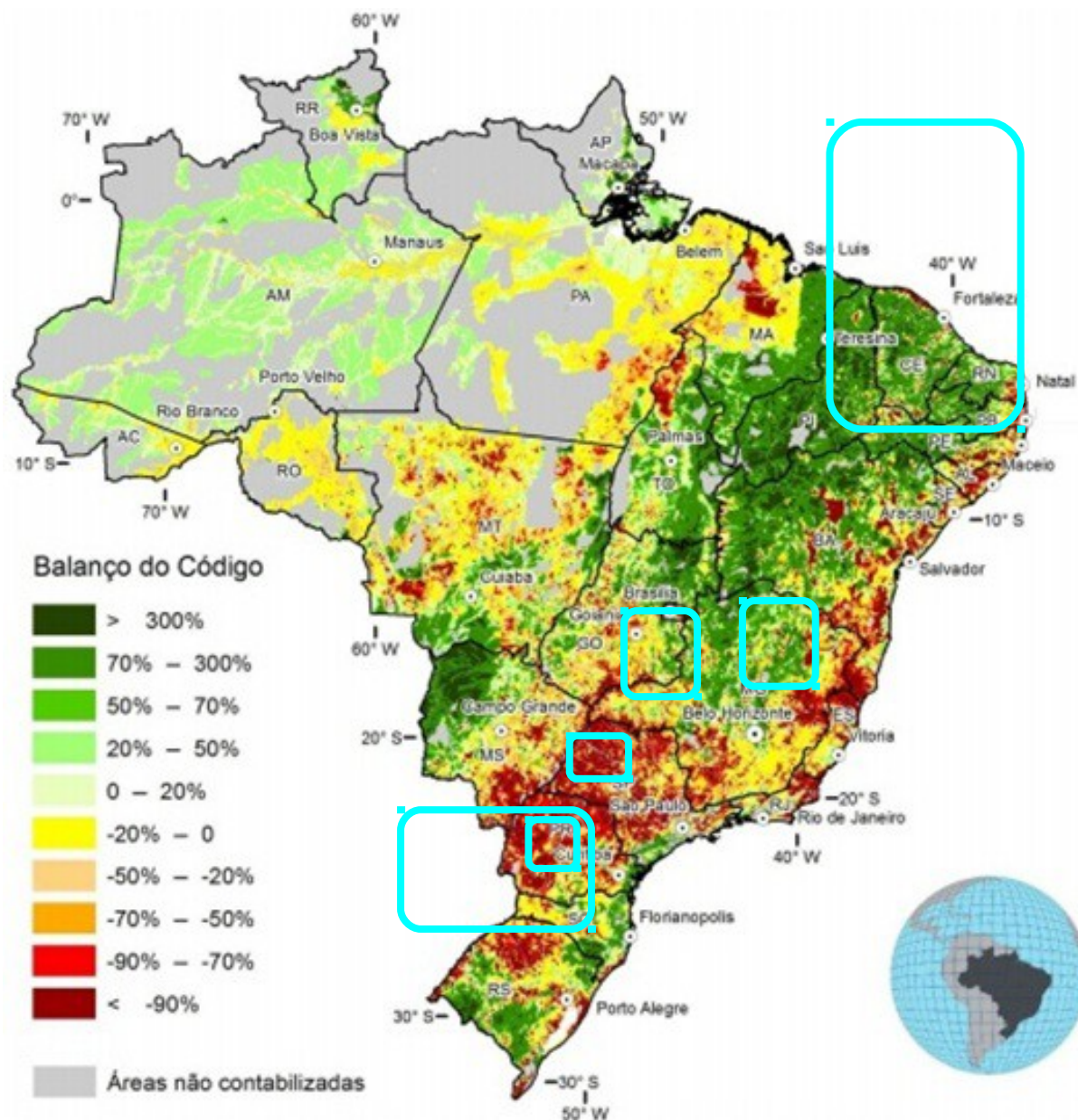
ONDE DEVERÁ SER INVESTIDO O RECURSO?

Em Bacias Hidrográficas cujos mananciais contribuem direta ou indiretamente para o abastecimento de pelo menos uma das 18 regiões metropolitanas listadas no Edital.

BALANÇO DA DISPONIBILIDADE HÍDRICA



DÉFICIT DE VEGETAÇÃO NATIVA



REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS

Região Nordeste:

Salvador
Recife
Fortaleza
Natal
Grande São Luis
Maceió
João Pessoa

Região Sul:

Porto Alegre
Curitiba
Norte e Nordeste Catarinense

Região Centro-Oeste:

Distrito Federal e Entorno
Goiânia

Região Sudeste:

São Paulo
Rio de Janeiro
Belo Horizonte
Campinas
Grande Vitória
Baixada Santista

**A ÁREA A SER RECUPERADA PRECISA FAZER
PARTE DA REGIÃO METROPOLITANA?**

NÃO!

ENTÃO, POSSO RECUPERAR QUALQUER PROPRIEDADE?

**OS RECURSOS PÚBLICOS SOMENTE PODERÃO SER
INVESTIDOS EM PROPRIEDADES OU POSSES DE:**

**AGRICULTORES FAMILIARES – até 4 módulos
fiscais;**
ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA

Lei N° 11.326/2006

QUAL O VALOR DO INVESTIMENTO?

Valor total do Investimento = R\$ 45 milhões

Valores por projetos: Mínimo = R\$ 1,5 milhões
Máximo = R\$ 3 milhões

Prazo de Execução: 48 meses

FINANCIADORES:



FUNDO CLIMA



CFDD

CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE
DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

QUEM PODE CONCORRER AOS RECURSOS?

- ESTADOS
- MUNICÍPIOS
- INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS
 - CONCESSIONÁRIAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

(as concessionárias concorrem somente aos recursos do FSA- Caixa)

COMO E PARA QUAL FINANCIADOR DEVO ENVIAR O PROJETO?

- SOMENTE AO FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – FNMA via

SICONV

ATENÇÃO AOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS !!!

***CONJUNTO DE CRITÉRIOS A SEREM
OBSERVADOS PELOS PROPONENTES PARA O
ENVIO DOS PROJETOS.***

CRITÉRIOS FORMAIS

CRITÉRIOS TÉCNICOS

CRITÉRIOS FINANCEIROS

CRITÉRIOS FORMAIS

- 1- Submissão de uma única proposta por instituição proponente
- 2 - Declaração de que não conta com qualquer financiamento público para o mesmo objeto e local;
- 3 - Envio da proposta para análise via **SICONV** até as 23:59 horas do dia **08/11/2015**;
- 4 - Enquadramento da instituição proponente em uma categoria elegível;
- 5 - Encaminhamento dos documentos citados no artigo nº 8, § 6 a § 8, da Portaria Interministerial nº 507/2011;
- 6 - Prazo máximo de execução do projeto de até **48 meses**;
- 7 - Valor do recurso a ser financiado por proposta entre **R\$ 1.500.000,00 e R\$ 3.000.000,00**.

Quais são os documentos exigidos pela Portaria 507/2011?

Artigo 8º da Portaria Interministerial nº 507/2011:

§ 6º A celebração do convênio ou termo de parceria com **entidades privadas sem fins lucrativos** será condicionada à apresentação, pela entidade, **do comprovante do exercício, nos últimos três anos, de atividades referentes à matéria objeto da parceria.**

§ 7º A comprovação a que se refere o § 6º poderá ser efetuada mediante a apresentação de **instrumentos similares firmados com órgãos e entidades da Administração Pública, relatórios de atividades desenvolvidas, declarações de conselhos de políticas públicas, secretarias municipais ou estaduais responsáveis pelo acompanhamento da área objeto da parceria, dentre outras.**

§ 8º A comprovação a que se refere o § 6º deverá ser **relativa aos três anos anteriores à data prevista para a celebração do convênio**, termo de parceria ou contrato de repasse, devendo ser esta data previamente divulgada por meio do edital de chamamento público ou de concurso de projetos.

Como enviar estes documentos?

A documentação deverá ser anexada no SICONV, na aba *Dados*, no item *Capacidade Técnica e Gerencial*.

Qual o público beneficiário???

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

SOBRE AS METODOLOGIAS DE RECUPERAÇÃO - § 13, artigo 61-A da Lei 12.651/2012:

Condução de regeneração natural de espécies nativas;

Plantio de espécies nativas;

Plantio de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas;

Plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, exóticas ou nativas de ocorrência regional, em até 50% da área total a ser recomposta.

Para as ações de recuperação acima listadas poderão ser financiadas atividades de cercamento, conservação de solo, controle de pragas, entre outras, EXCLUSIVAMENTE nas APPs. Será permitida a implementação de sistemas agroflorestais em áreas de APP, conforme definido na Lei 12.615/2012, Art. 61-A.

A implementação dos projetos de recuperação deverá seguir as diretrizes estabelecidas na Lei 12.615/2012 e no Programa de Regularização Ambiental da UF onde será implementado o projeto, quando houver.

Deverão ser previstas também ações de manutenção e monitoramento das áreas recuperadas.

ENVIO DOS PROJETOS.

ATÉ 08/11/2015

SICONV

***Caminho no Portal dos Convênios
(www.convenios.gov.br):***

***Acesso Livre -- Consultar Programas --- Código do Órgão
(FNMA) = 44204***

Ano do Programa: 2015

Programa nº 4420420150001

ACESSO AO EDITAL

<http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/fundacional-do-meio-ambiente>

OBRIGADA!